



Demonstrações Contábeis

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

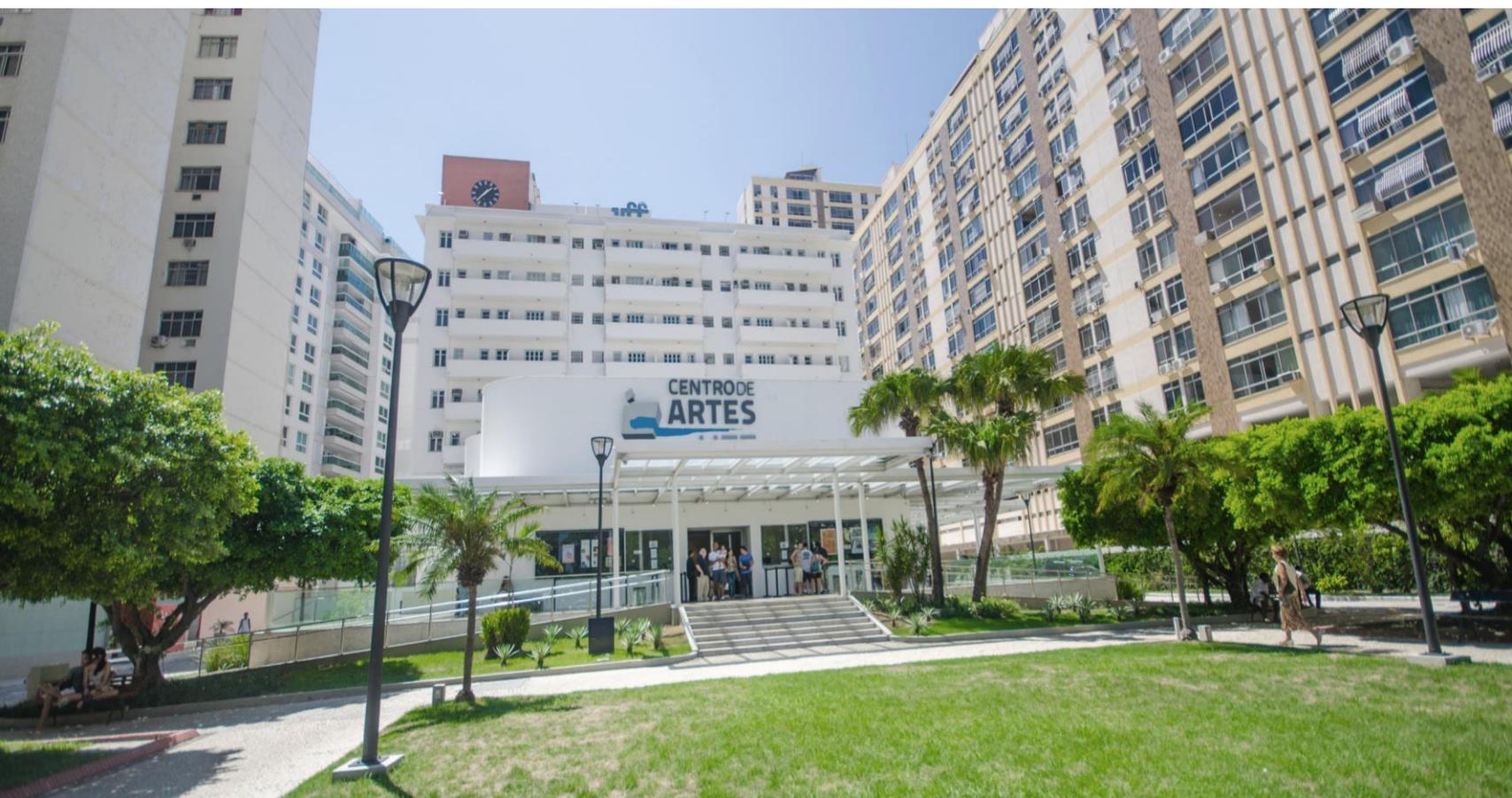
Anual – Exercício de 2020

Apresentação

A Coordenação de Contabilidade - CCONT compõe a estrutura do Departamento de Contabilidade e Finanças – DCF, na Pró-Reitoria de Planejamento. À CCONT compete:

- I. Atividades de orientação, análise e acompanhamento contábil das unidades gestoras da Universidade Federal Fluminense;
- II. Realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- III. Elaborar o Relatório Contábil (declaração do contador, demonstrações contábeis e notas explicativas) e Relatório de Gestão;
- IV. Gerar informações gerenciais, em apoio ao processo de tomada de decisão.

Além disso, a CCONT exerce a competência de setorial de contabilidade da Universidade Federal Fluminense. O escopo deste Relatório leva em conta as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Balanço Financeiros e Balanço Orçamentário) consolidadas da Universidade Federal Fluminense.



Declaração do Contador

De acordo com análise realizada dos saldos constantes do sistema SIAFI e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis do Órgão 26236 (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público - NBC TSP, relativos ao Exercício de 2020, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, exceto no tocante à Ressalva nas Contas do Grupo 123000000 – Cálculo e registro parcial da depreciação nos bens móveis –, tendo em vista que este cálculo contemplou apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense (UFF) são apuradas pelo sistema desenvolvido pela própria Universidade (Sistema de Administração Patrimonial) – SISAP, por isso, o cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados nesse sistema próprio. Atualmente, a ferramenta conta com uma base inventariada de cerca de 70% do total de bens móveis da universidade. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.

Salientamos que a UFF já possui tratativas internas para o processo de implantação do SIADS,

inclusive com servidores participando do Curso “Implantação do Siads” e será obrigatório seu uso para os órgãos da administração indireta, a partir de dez/2021, conforme portaria 232, de 2 de junho de 2020, do Ministério da Economia.

“Art. 7º Os órgãos e entidades que ainda não utilizam o Siads deverão adotar as providências necessárias a sua implantação, em conformidade com as orientações expedidas pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, obedecendo aos seguintes prazos, contados da data de publicação desta Portaria: I - até 1º de dezembro de 2020, quando se tratar de órgãos da Administração direta; e II - até 1º de dezembro de 2021, quando se tratar de autarquias, fundações e de empresas públicas dependentes.” A Partir do mês de abril de 2018, a Universidade Federal Fluminense passou a registrar a depreciação dos seus bens móveis. No Exercício de 2020, a depreciação acumulada correspondeu a R\$ 20.799.306,80. Os relatórios emitidos para contabilização foram extraídos pelo SISAP e o cálculo da depreciação contemplou apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP.

Informamos que a equação 0266, relacionada ao Balanço financeiro, será regularizada no Exercício de 2021 pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Luis Felipe da Costa Santos

**Contador Geral da Universidade Federal Fluminense
CRC-RJ 104.876/O-5**

Base de preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis da Universidade Federal Fluminense foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª edição e o Manual SIAFI, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), e tiveram como escopo as informações contábeis consolidadas das unidades do órgão 26236 – Universidade Federal Fluminense, Autarquia integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. **Balanco Patrimonial (BP);**
- II. **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);**
- III. **Balanco Orçamentário (BO);**
- IV. **Balanco Financeiro (BF);**
- V. **Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);**
- VI. **Notas Explicativas.**



Principais Critérios e Políticas Contábeis

Com base nas premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público e as normas brasileiras de contabilidade, foram adotados os seguintes critérios e políticas contábeis

- **Caixa e Equivalentes de Caixa**

Incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

- **Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras**

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

- **Créditos a curto prazo**

Compreendem os direitos a receber de curto prazo referentes, principalmente, a créditos não tributários e dívida ativa. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de

realização dos créditos a receber.

- **Demais créditos e valores a curto prazo**

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com créditos não tributários; adiantamentos; estoques; depósitos efetuados; impostos a compensar e créditos a receber por infrações. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

- **Ativo realizável a longo prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relativos a dívida ativa e outros créditos com expectativa de recebimento superior a 12 meses. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

- **Ajuste para perdas com créditos inscritos em dívida ativa**

A UFF classifica os créditos inscritos em dívida ativa da seguinte forma: I) Devedor; II) Parcelamento; III) Exigibilidade Suspensa (Processo Judicial). Os créditos classificados como I e II estão registrados em contas de ativo, enquanto os créditos com exigibilidade suspensa estão evidenciados em contas de controle.

Utiliza-se para o cálculo do ajuste para perdas a classificação dos créditos por níveis de risco decorrentes da expectativa de recuperação, com base na Portaria 293/2017 do Ministério da Fazenda. Os créditos classificados como A ou B apresentam alta ou média perspectiva de recuperação e prazo inferior a 10 anos. O ajuste para perdas é calculado mediante a aplicação do percentual de 30% e 50% para créditos classificados nos níveis (*Rating*) A e B, respectivamente.

- **Intangível**

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na UFF, compreendem os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

- **Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

As informações da depreciação dos bens móveis da Universidade Federal Fluminense são apuradas pelo sistema desenvolvido internamente - SISAP (Sistema de Administração Patrimonial). O cálculo da depreciação contempla apenas os bens inventariados e cadastrados no SISAP. Atualmente, o sistema conta com uma base inventariada de cerca de 70% do total de bens móveis da universidade. Utiliza-se o método das cotas constantes, com base em tabela contida no manual SIAFI, Macrofunção 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão, definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF.

Principais Critérios e Políticas Contábeis

- **Depreciação dos Bens Imóveis**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUNET.

O SPIUNET é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrada no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I. Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II. Reavaliados, aqueles nos quais:
 - Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - Seja comprovada a ocorrência de quaisquer

sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUNET sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

- **Passivos**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

- **Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos

benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos, ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superávit/ Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Resultado Orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.



Demonstrações Contábeis

Exercício 2020



Balanço Patrimonial

Em Reais

	Notas	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	162.706.025	156.191.820
Créditos a Curto Prazo	2	19.497.021	18.587.074
Estoques	4	2.929.991	3.982.075
		185.133.037	178.760.969
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo	3	4.024.840	4.421.157
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	5	1.679.136.501	1.401.854.799
Bens Móveis	6	326.032.631	278.032.003
Bens Imóveis	7	1.353.103.869	1.123.822.795
Intangível	8	7.632.525	2.498.853
Softwares		7.632.525	2.498.853
		1.690.793.865	1.408.774.809
TOTAL DO ATIVO		1.875.926.902	1.587.535.777
PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		126.843.321	138.209.588
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9	5.508.022	14.667.691
Demais Obrigações a Curto Prazo		424.108.406	552.467.188
		556.459.749	705.344.468
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
		-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Resultados Acumulados		1.319.467.153	882.191.310
Resultado do Exercício		195.160.904	(392.868.193)
Resultados de Exercícios Anteriores		882.191.310	1.275.076.117
Ajustes de Exercícios Anteriores		242.114.940	(16.615)
		1.319.467.153	882.191.310
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.875.926.902	1.587.535.777

Demonstração das Variações Patrimoniais

Em Reais

	Notas	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		21.070.960	16.816.467
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		296	9.436
Transferências Recebidas		2.718.624.566	2.841.231.195
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10	307.981.945	541.199.428
Reavaliação de Ativos		14.970.879	34.144.939
Ganhos com Incorporação de Ativos		237.715.049	458.481.022
Ganhos com Desincorporação de Passivos		55.296.017	48.573.467
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.442.934	12.330.476
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		147.637	263.476
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.295.297	12.067.000
		3.051.120.701	3.411.587.001
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos		1.193.845.678	1.422.749.916
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		888.182.765	838.826.373
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	12	197.630.006	308.749.515
Uso de Material de Consumo		8.546.410	43.400.845
Serviços		181.162.161	258.157.206
Depreciação, Amortização e Exaustão		7.921.434	7.191.465
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	11	1.836.470	1.397.276
Transferências Concedidas		392.443.457	477.062.390
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14	143.969.294	718.654.950
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		28.544.354	297.478.819
Perdas Involuntárias		160.600	930.677
Incorporação de Passivos		79.504.436	401.654.816
Desincorporação de Ativos		35.759.904	18.590.638
Tributárias		230.967	279.355
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		37.821.161	36.735.419
		2.855.959.797	3.804.455.194
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	15	195.160.904	(392.868.192,50)

Balanço Orçamentário

Em Reais

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES				
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	2.983.591,00	2.983.591,00	2.569.368,86	-414.222,14
Receita Agropecuária	-	-	66.189,22	66.189,22
Receita Industrial	-	-	55.644,97	55.644,97
Receitas de Serviços	25.667.865,00	25.667.865,00	17.901.309,25	-7.766.555,75
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	1.491.365,20	1.491.365,20
	28.651.456,00	28.651.456,00	20.470.678,11	- 8.180.777,89
RECEITAS DE CAPITAL				
Operações de Crédito	661.039.810,00	661.039.810,00	-	-661.039.810,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
	661.039.810,00	661.039.810,00	-	-661.039.810,00
SUBTOTAL DE RECEITAS	689.691.266,00	689.691.266,00	22.083.877,50	-667.607.388,50
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			2.362.426.850,48	2.362.426.850,48
TOTAL	689.691.266,00	689.691.266,00	2.384.510.727,98	1.694.819.461,98
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	-	-	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO	-	-	-	-



Balanço Orçamentário

Em Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	1.957.505.028,00	2.073.915.342,00	2.017.364.523,51	2.017.129.961,40	1.889.444.581,04	56.550.818,49
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	312.926.149,00	284.105.463,00	326.364.719,82	229.717.113,58	219.052.914,69	-42.259.256,82
	2.270.431.177,00	2.358.020.805,00	2.343.729.243,33	2.246.847.074,98	2.108.497.495,73	14.291.561,67
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	35.729.235,00	36.360.011,00	40.781.484,65	6.759.007,41	6.749.227,22	-4.421.473,65
Inversões Financeiras	177.650.845,00	5.381.847,00	-	-	-	5.381.847,00
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
	213.380.080,00	41.741.858,00	40.781.484,65	6.759.007,41	6.749.227,22	960.373,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.483.811.257,00	2.399.762.663,00	2.384.510.727,98	2.253.606.082,39	2.115.246.722,95	15.251.935,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.483.811.257,00	2.399.762.663,00	2.384.510.727,98	2.253.606.082,39	2.115.246.722,95	15.251.935,02
TOTAL	2.483.811.257,00	2.399.762.663,00	2.384.510.727,98	2.253.606.082,39	2.115.246.722,95	15.251.935,02

Balanço Orçamentário

Em Reais

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais	214.431,01	618.769,78	141.099,79	141.099,79	502.539,32	189.561,68
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	50.936.789,68	49.596.162,42	50.038.005,71	49.540.572,42	38.930.454,30	12.061.925,38
	51.151.220,69	50.214.932,20	50.179.105,50	49.681.672,21	39.432.993,62	12.251.487,06
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	5.507.436,07	27.646.453,52	14.657.826,00	14.626.734,00	2.677.412,07	15.849.743,52
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
	5.507.436,07	27.646.453,52	14.657.826,00	14.626.734,00	2.677.412,07	15.849.743,52
TOTAL	56.658.656,76	77.861.385,72	64.836.931,50	64.308.406,21	42.110.405,69	28.101.230,58

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal e Encargos Sociais	-	130.768.566	130.768.566	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	388.732	18.249.276	17.908.082	381.158	348.767
	388.732	149.017.841	148.676.647	381.158	348.767
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos	-	3.376.801	3.293.213	135	83.452
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
	-	3.376.801	3.293.213	135	83.452
TOTAL	388.732	152.394.642	151.969.860	381.293	432.220

Balanço Financeiro

Em Reais

INGRESSOS	Notas	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas Orçamentárias		22.083.878	26.556.744
Ordinárias	-		-
Vinculadas		23.058.571	27.869.960
Previdência Social (RPPS)	-		-
Alienação de Bens e Direitos		9.047	100
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		23.049.524	27.869.860
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(974.694)	(1.313.216)
Transferências Financeiras Recebidas	13	2.704.309.230	2.823.394.270
Resultantes da Execução Orçamentária		2.580.986.587	2.672.700.149
Repasse Recebido		2.248.440.740	2.297.894.322
Independentes da Execução Orçamentária		123.322.643	150.694.120
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		120.232.873	149.726.506
Movimentação de Saldos Patrimoniais		3.089.770	967.614
Recebimentos Extraorçamentários		272.167.401	235.477.278
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		138.359.359	148.808.816
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		130.904.646	77.861.386
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		923.020	6.508.220
Outros Recebimentos Extraorçamentários		1.980.376	2.298.856
Saldo do Exercício Anterior		156.191.820	191.521.418
Caixa e Equivalentes de Caixa		156.191.820	191.521.418
TOTAL		3.154.752.329	3.276.949.709
DISPÊNDIOS	Notas	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas Orçamentárias		2.384.510.728	2.406.824.009
Ordinárias		812.115.430	1.583.192.466
Vinculadas		1.572.395.298	823.631.543
Educação		26.792.649	6.349.963
Seguridade Social (Exceto Previdência)		518.679.747	397.177.764
Previdência Social (RPPS)		344.159.580	312.336.422
Receitas Financeiras			41.888.630
Dívida Pública		635.442.073	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		47.321.248	65.878.764
Transferências Financeiras Concedidas		390.334.289	465.594.513
Resultantes da Execução Orçamentária		332.626.219	374.841.608
Repasse Concedido		24.389	14.014
Repasse Devolvido		55.983	21.767
Independentes da Execução Orçamentária		57.708.070	90.752.905
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		55.577.019	88.147.952
Movimento de Saldos Patrimoniais		2.131.051	2.604.953
Pagamentos Extraorçamentários		217.201.286	248.339.367
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		151.969.860	147.997.050
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		64.308.406	93.835.772
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		923.020	6.505.580
Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	964
Saldo para o Exercício Seguinte		162.706.025	156.191.820
Caixa e Equivalentes de Caixa		162.706.025	156.191.820
TOTAL		3.154.752.329	3.276.949.709

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em Reais

	Notas	31 de Dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
INGRESSOS		2.729.296.503,67	2.858.758.089,66
Receita Patrimonial		2.569.368,86	3.350.677,94
Receita Agropecuária		66.189,22	22.322,20
Receita Industrial		55.644,97	500,00
Receita de Serviços		17.901.309,25	13.407.106,67
Remuneração das Disponibilidades		-	4,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias		1.491.365,20	9.776.132,54
Outros Ingressos Operacionais		2.707.212.626,17	2.832.201.345,90
Ingressos Extraorçamentários		923.020,05	6.508.220,13
Transferências Financeiras Recebidas	13	2.704.309.229,96	2.823.394.269,76
Arrecadação de Outra Unidade		1.980.376,16	2.298.856,01
DESEMBOLSOS		(2.698.113.124,29)	(2.865.106.513,79)
Pessoal e Demais Despesas	15	(2.086.664.561,61)	(2.196.824.954,59)
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		(220.191.253,71)	(196.180.501,71)
Outros Desembolsos Operacionais		(391.257.308,97)	(472.101.057,49)
Dispêndios Extraorçamentários		(923.020,05)	(6.505.579,67)
Transferências Financeiras Concedidas		(390.334.288,92)	(465.594.513,42)
Demais Pagamentos			(964,40)
		31.183.379,38	(6.348.424,13)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		(24.669.173,97)	(28.981.173,42)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(23.087.554,44)	(28.612.574,12)
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		(1.581.619,53)	(368.599,30)
		(24.669.173,97)	(28.981.173,42)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.514.205,41	(35.329.597,55)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		156.191.820,04	191.521.417,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		162.706.025,45	156.191.820,04

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa está composta por recursos aplicados na Conta Única, cauções recebidas e recursos disponíveis destinados ao cumprimento de obrigações assumidas em função da execução do orçamento da universidade, além de transferências financeiras recebidas para desenvolvimento de estudos e projetos decorrentes de acordos e convênios firmados com outros Órgãos.

2. Créditos a Receber – Curto Prazo

Crédito a Receber - Curto Prazo

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Crédito a receber decorrentes de folha pagamento	18.550.798	17.635.708
Crédito a receber de acerto finan c/servidor/ex serv	1.241.992	1.082.438
Crédito a receber por cessao de pessoal	514.879	422.300
Crédito a receber por cessao de areas publicas	11.342	222.289
Créditos parcelados	123.308	120.277
Depositos restituveis e valores vinculados	0	30.000
	20.442.318	19.513.012
Ajuste para Perdas	(945.297)	(923.568)
	19.497.021	18.589.443

a) Créditos a Receber por Cessão de Áreas Públicas

No exercício de 2020, em virtude da pandemia causada pelo novo Coronavírus, houve medidas para minimizar a circulação de pessoas, motivo pelo qual os serviços de fotocópias, papelaria e fornecimento de refeições paralisaram completamente do mês de março de 2020 em diante. Dessa forma, foi deferido um desconto administrativo aos permissionários. A taxa de ocupação para estes foi reduzida na ordem de 90% do valor mensal que seria devido no mesmo período, caso não houvesse restrição à circulação de pessoas. O impacto observado no balanço patrimonial da universidade aconteceu pela redução dos créditos a receber por cessão de áreas públicas, 95% inferior ao saldo do exercício anterior.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

b) Dívida Ativa Não Tributária Curto Prazo

Esta conta contempla os parcelamentos de dívida ativa não tributária cujo pagamento espera-se que ocorra em até 12 meses da data do encerramento do período. A diferença observada, em comparação com o período anterior, ocorreu em função do recebimento de créditos inscritos.

c) Cessão de Pessoal

Os créditos a receber por Cessão de Pessoal decorrem do direito de restituição do pagamento de despesas de pessoal com servidores que se encontram em exercício em outros órgãos. O saldo observado na conta manteve-se dentro da normalidade, com expectativa de recebimento dentro do prazo de vencimento dos créditos.

d) Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento

Este item representa os débitos apurados pela administração pública contra servidores beneficiários de pagamentos indevidos cuja devolução ao erário acontece por meio do desconto em folha de pagamento de pessoal. Esta característica garante a estes créditos alta perspectiva de recuperabilidade e inexigibilidade de registro de possíveis perdas futuras.

e) Ajustes Para Perdas Estimadas em Créditos a Curto Prazo

Os ajustes para perdas foram calculados com base no método histórico de recebimentos para os créditos a receber por cessão de pessoal, por meio do qual foi apurada a média de recebimento dos três últimos exercícios. Calculou-se, desta forma, uma taxa de possível perda no percentual de 25,25%, representando o valor de R\$104.226,22. Tal fato provocou uma redução de R\$147.637,17 no ajuste para perdas registrado anteriormente.

Em relação aos créditos por Acerto Financeiro com Servidores/Ex Servidores foi estimada uma expectativa de recebimento muito baixa, tendo em vista suas características e histórico de recebimento. O item é composto por créditos decorrentes de pagamentos creditados indevidamente na conta bancária de servidor ou pensionista após o seu óbito. Sendo assim, registrou-se um ajuste para perdas aproximado do total da conta.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

3. Dívida Ativa Não Tributária e Ajuste para Perdas

A totalidade dos créditos registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo é composta pela dívida ativa não tributária. Estes créditos encontram-se em trânsito judicial e são ajustados contabilmente quando da emissão de decisão judicial que impacte a expectativa de recuperação do crédito.

Os créditos são ajustados com base em possível perda (Ajuste para Perdas Estimadas), utilizando o método de classificação de Riscos (*Rating*), orientado pela Portaria do Ministério da Fazenda 293 de 2017. Segundo a portaria os créditos devem ser classificados em diferentes níveis de risco, A a D, em razão da expectativa de recuperação.

Os créditos classificados como A e B, os mais prováveis, devem ter sob o seu saldo o reconhecimento de um ajuste para perdas de 30% e 50%, respectivamente. Já os créditos classificados como C e D não devem estar contidos no ativo do órgão, pois não atendem aos requisitos para reconhecimento em função da baixa expectativa de fluidez de benefícios futuros. Desta forma, estes créditos são classificados como Ativos Contingentes e registrados em contas de controle.

Os créditos parcelados não foram objeto do ajuste para perdas, tendo em vista o acordo de pagamento firmado entre as partes. Na hipótese de descumprimento do parcelamento, o saldo passa a dispor de condições para sofrer ajuste para perdas.

Considerando a necessidade de atendimento à macrofunção 021112 - Dívida Ativa da União, bem como às normas de contabilidade aplicadas ao setor público, foi realizada uma avaliação da situação dos créditos inscritos em dívida ativa registrados no SIAFI, para adequá-los às exigências legais referentes à transparência, eficiência e controle dos recursos públicos.

O levantamento da situação dos créditos inscritos em dívida ativa foi feito por meio de consulta à Procuradoria Federal e aos sítios eletrônicos de informações sobre o andamento dos processos da Justiça Federal.

	Dezembro de 2020
Dívida Ativa não Tributária - Valor Bruto	R\$ 6.827.724,48
Ajuste para perdas - Rating	R\$ (2.802.884,47)
	<u>R\$ 4.024.840,01</u>



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

4. Estoques

Os estoques compreendem ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem utilizados no processo de produção ou na prestação de serviços e mantidos para venda, distribuição ou uso no curso normal das operações. Os estoques são mensurados com base no valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, dos dois o menor.

O estoque da Universidade Federal Fluminense é composto por: mercadorias para venda e revenda, representado por livros adquiridos e produzidos pela Editora Universitária da UFF (EDUFF) e comercializados em conformidade com o objetivo primordial da editora de divulgar e distribuir o conhecimento produzido na comunidade acadêmica; e materiais de consumo para uso na manutenção das atividades da universidade.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Mercadorias para venda/revenda - Livros	2.689.149	3.208.017
Materiais de consumo	240.842	774.058
	2.929.991	3.982.075

Realizou-se no exercício de 2020 a atualização do saldo dos livros em estoque, procedendo à baixa dos livros vendidos ou livros cuja recuperação de seu benefício econômico certamente não ocorrerá para entidade em razão de estado físico inviabilizado para venda. O procedimento provocou uma redução de 16,17% do saldo do estoque de livros da universidade. Houve por isso, trânsito no resultado no montante de R\$ 1.121.367,63 registrado como redução do estoque de livros. A limitação ao funcionamento da UFF, causada pela pandemia do Coronavírus, influenciou a administração de estoques de materiais de consumo no período, que teve redução de 68,89%.

As despesas do período relacionadas ao estoque contemplaram também as baixas de estoque referentes a transferências de materiais, no valor total de R\$168.029,16, da Unidade Gestora interna da UFF - UG - 153057 – Hospital Universitário Antônio Pedro – HUAP para unidade gestora pertencente à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares EBSEH, para que esta faça a gestão do hospital, conforme contrato de gestão especial gratuita celebrado em 6 de abril de 2016. Também transitou pelo resultado baixas referentes ao consumo interno de almoxarifado e à produção de medicamentos realizada pela Farmácia Universitária, nos montantes de R\$728.575,61 e R\$6.631,56, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

5. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2020, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$1,679 bilhão relacionado ao imobilizado.

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Bens Móveis		
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	163.654.234	136.821.506
Bens de Informática	69.038.080	56.554.649
Móveis e utensílios	45.980.087	41.661.865
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	41.723.459	39.762.731
Veículos	25.687.717	15.722.940
Demais bens móveis	748.361	683.660
Valor Contábil Bruto	346.831.938	291.207.351
Depreciação acumulada - Bens Móveis	-	13.175.348
Valor Contábil Líquido	326.032.631	278.032.003
Bens Imóveis		
Bens de Uso Especial	1.128.249.427	908.420.629
Bens Imóveis em Andamento	230.004.173	219.742.616
Instalações	299.848	376.183
Valor Contábil Bruto	1.358.553.448	1.128.539.428
Depreciação acumulada - Bens Imóveis	-	4.716.633
Valor Contábil Líquido	1.353.103.869	1.123.822.795

6. Bens Móveis

Os Bens Móveis da Universidade Federal Fluminense em 31/12/2020 totalizavam R\$326 milhões, superior ao saldo de encerramento do exercício anterior em 17,16%. Dentre os principais motivos responsáveis pelo acréscimo patrimonial observado no mobiliário da universidade pode-se citar os seguintes:

- Concessão à UFF, pelo Ministério de Educação – MEC, da gestão do navio-escola Ciências do Mar III (CMIII), que proporcionará experiência prática de ensino e pesquisa embarcada para alunos, professores e pesquisadores das universidades do sudeste do país. O navio possui 32 metros de comprimento e está equipado com dois motores de 450 BHP de potência, podendo atingir velocidade de cruzeiro de até 10 nós, com autonomia para 15 dias no mar. A embarcação possui também três laboratórios, guinchos oceanográficos e geológicos, central de tratamento séptico e alojamentos com

capacidade para até 18 pesquisadores e tripulação. O navio foi recebido pelo o valor bruto de R\$ 11.965.261,96. Dos quais foram depreciados R\$435.471,03, atingindo alor contábil líquido de R\$11.529.790,93, termo de doação 01/2020, Processo Administrativo 23116.007210/2018-64.

- Reclassificação de bens recebidos em comodato, no montante de R\$31.816.190,44, totalmente distribuído por diversas classificações de bens móveis, devido à adoção de política contábil de registro de bens cedidos no patrimônio do órgão cessionário, obedecendo à Macrofunção 021134.
- A depreciação de bens móveis evidenciou um incremento de 57%, em comparação com dezembro de 2019, em razão da ampliação da base de bens inventariados.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

7. Bens Imóveis

A universidade Federal Fluminense apresentou, no encerramento do exercício de 2020, um total de bens imóveis no valor de R\$ 1,349 bilhões. Os Bens de Uso Especial correspondem a 84% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial da universidade, perfazendo o montante de R\$ 1,122 bilhão.

Bens Imóveis

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro 2019
Fazendas, Parques e Reservas	-	221.328
Terrenos e Glebas	9.996.044	9.996.044
Imóveis de Uso Educacional	1.066.212.906	846.324.465
Hospitais	52.040.477,55	51.878.792,65
	1.128.249.427	908.420.629
Depreciação Acumulada - Bens imóveis	(5.449.579)	(4.716.633)
	1.122.799.848	903.703.996



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

8. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos.

Ativos intangíveis obtidos a título gratuito foram avaliados ao valor de mercado, tendo em vista refletir melhor e de forma mais segura a o valor do ativo.

Em 31/12/2020, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de R\$ 7,6 milhões relacionados ao intangível, classificado em sua totalidade como de vida útil indefinida. A variação material observada na conta ocorreu em função do registro no Ativo Intangível do Software AVEVA, no valor de R\$4,917 milhões, inicialmente registrado como bem recebido em comodato e posteriormente transferido para o patrimônio da UFF através de Doação.

Intangível	Saldo Inicial (A)	Aquisição de Softwares (B)	Recebido em doação (C)	Desincorporação (D)	Saldo Final (A+B+C-D)
Softwares - Vida útil Indefinida	2.498.853	216.168	4.917.504	-	7.632.525

A Universidade Federal Fluminense encontra-se em fase de reorganização das rotinas referentes à aquisição e desenvolvimento de ativos intangíveis, objetivando a criação de um controle patrimonial mais eficiente e capaz de produzir informações que reproduzam com fidedignidade a realidade patrimonial do órgão. Embora em fase de aperfeiçoamento, o controle patrimonial desta Universidade é ainda insuficiente para gerar informações seguras e confiáveis para a determinação da vida útil dos ativos intangíveis, e posterior contabilização da amortização. Sendo assim, classificamos todos os ativos intangíveis como de vida útil indefinida, até podermos determinar com confiança o seu tempo de utilidade.

9. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2020, a Universidade Federal Fluminense apresentou um saldo de fornecedores a pagar no valor de R\$ 5,5 milhões, cuja exigibilidade é integralmente de curto prazo. No término do exercício anterior, o saldo a pagar registrado na referida conta era de 14,6 milhões. A causa provável para a apresentação de um passivo circulante com fornecedores materialmente inferior ao período anterior se deve sobretudo à redução dos gastos com despesas correntes por conta das limitações ao funcionamento da universidade contextualizada pela vigência da Pandemia da COVID-19. No exercício de 2020 houve redução de 27% das despesas correntes líquidas.

10. Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

A Universidade Federal Fluminense vem adotando uma política rigorosa de reavaliação de ativos imobilizados, com o objetivo de manter valor dos seus bens imóveis compatíveis com a realidade de mercado. O exercício de 2019 recepcionou grande parte da variação decorrente desta atualização. Em 2020, por outro lado, considerando que os imóveis já se encontravam com o valor contábil mais próximo do valor justo, os procedimentos de reavaliação praticados impactaram de forma mais suave o resultado do exercício.

11. Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Parte da arrecadação própria da UFF advém da concessão de permissão de uso por terceiros de parte do seu patrimônio, visando à disponibilização de lanchonetes, cafeterias, Caixas eletrônicos, agências bancárias etc. No exercício de 2019, arrecadou-se através de receita de aluguel o valor de R\$3,387 milhões. No entanto, em virtude da pandemia do coronavírus, que limitou drasticamente as atividades acadêmicas, foi necessário conceder descontos mensais aos permissionários destes espaços, dada a impossibilidade de se exercer o atividade de forma plena. Apesar dos descontos e dos impactos da pandemia, a queda observada na receita de aluguel foi de apenas 14%, segurada sobretudo pelos contratos com os bancos, que não foram objeto da concessão de abatimentos.

12. Uso de Bens, Serviços e Consumo

As Variações Patrimoniais referentes ao consumo de bens e serviços tiveram decréscimo considerável, pois as rotinas adotadas pela UFF para adequação das suas atividades acadêmicas e administrativas às determinações referentes à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), impactaram os gastos da universidade com despesas de manutenção. O uso de materiais de consumo reduziu 80%, assim como o consumo de serviços, com redução de 30%. A depreciação do período foi mais acentuada devido ao aumento da base de bens inventariados registrados no SISAP.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As despesas com diárias reduziram 88,5% devido a limitação de locomoção e de atividades dos servidores no ano do distanciamento social. Esta redução também alcançou as despesas realizadas com suprimentos de fundos via Cartão de Pagamento do Governo Federal, também devido a baixa atividade acadêmica presencial.

13. Descentralizações de recursos recebidas

Entre os recursos de valor relevante descentralizados por órgãos não subordinados ao MEC destacamos o Fundo Nacional de Saúde – FNS, que repassou para a UFF o montante de R\$ 13.703.796,00 em orçamento para executar estudo e pesquisa para aprimoramento da rede e promoção do acesso aos serviços de saúde e para capacitação em Política Nacional de Humanização, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde –SUS.

O termo de execução descentralizada - TED também foi utilizado pelo Ministério da Educação - MEC para descentralizar recursos (R\$2,296 milhões) através da SPO/MEC, com intuito de enfrentar a emergência pública relacionada à COVID-19. Outra emergência atendida pelo MEC através de TED foi a recuperação e estabilização da encosta situada nos fundos do terreno da Reitoria, para o qual foram descentralizados R\$ 3,660 milhões. E por fim, o envio de R\$ 900 mil para término da obra do

Instituto Geociências

14. Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

No exercício de 2020, em comparação com o período anterior, houve redução de 90% da desvalorização de ativos devido ao fato de não haver neste momento diferenças tão discrepantes entre o valor contabilizado e o valor de mercado dos bens imóveis, em razão da adoção de políticas de reavaliação dos bens imóveis da universidade. Os registros de incorporação de passivos registraram decréscimos, pois, no exercício de 2019, houve a adoção de nova política de contabilização de passivos oriundos de recursos financeiros recebidos por Termos de Execução Descentralizada (TED). Tal procedimento acarretou elevadas variações patrimoniais naquele exercício.

15. Desembolsos com atividades operacionais

Desembolso Financeiro - Atividades Operacionais

Em milhões de Reais



16. Resultado patrimonial

A Universidade Federal Fluminense apresentou um resultado patrimonial positivo, no valor de **R\$195 milhões**. Os principais eventos responsáveis pelo resultado são os seguintes:

- Reversão, em 2020, de decisão judicial no valor de R\$177 milhões reconhecida no passivo em 2019, relativa ao processo 0492714-47.1900.4.02.5101;
- Queda de 38%, em comparação com o período anterior, de despesas correntes relacionadas à aquisição de materiais de consumo imediato e serviços gerais de manutenção, em razão sobretudo da limitação das atividades da universidade, de março de 2020 em diante, devido à pandemia do Coronavírus;
- Reavaliação de imóveis, em 2020, com impacto menos acentuado (R\$268,9 milhões), tendo em vista que a correção que ocorrera no exercício anterior recepcionou grande parte da defasagem entre o valor contábil e o valor justo dos imóveis avaliados;
- Redução da incorporação de passivos (R\$322,1 milhões), pois no exercício de 2020 apenas manteve-se a política adotada em 2019 (quando houve grande impacto nas contas de resultado e patrimoniais) de contabilização no passivo de transferências financeiras recebidas por Termos de Execução Descentralizada - TED, até a comprovação da efetiva conclusão do objeto.



17. Resultado Orçamentário

A Universidade Federal Fluminense apresentou no exercício de 2020 uma arrecadação de R\$22 milhões, impactada pela pandemia no Coronavírus. O resultado obtido é 30% inferior à previsão de R\$28,6 milhões de receita corrente.

Considerando a ocorrência de frustração de receitas próprias, as dotações que estavam atreladas às receitas frustradas foram oferecidas à Secretaria de Planejamento Orçamentário do MEC em troca do resgate de superávit de exercícios anteriores, os quais não haviam sido repassados para a UFF nos respectivos anos. Com esta operação, a gestão da UFF conseguiu recuperar recursos antes sem expectativa de aporte na Universidade e, com eles, foi possível realizar despesas de custeio no montante de R\$ 2,6 milhões e despesas de capital no valor de R\$ 2,9 milhões.

No exercício de 2020, foram empenhadas despesas (R\$2,384 bilhões) em montante inferior à dotação atualizada, produzindo uma economia de execução da despesa no valor de R\$15,2 milhões. As despesas correntes foram responsáveis por 99% do total de despesas empenhadas, devido ao forte impacto das despesas com pessoal e encargos sociais na execução orçamentária da UFF, representando 80% das despesas empenhadas. As despesas com pessoal e encargos foram cobertas exclusivamente por recursos oriundos do Tesouro Nacional.

A origem de recursos para a manutenção das atividades das universidades e institutos federais advém da Governo Federal, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Desta forma, as universidades públicas federais e institutos de educação em geral apresentam resultado orçamentário deficitário, pois sua atividade se pauta no fornecimento de ensino gratuito e de qualidade, além de promover pesquisas e estudos capazes de contribuir com o desenvolvimento social e científico do país. A Universidade Federal Fluminense apresentou, no exercício de 2020, Resultado Orçamentário Deficitário no montante de R\$2,362 bilhões.

